

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

Paulo Marchiori Buss
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto: História das Comunidades de Manguinhos e História da Saúde Coletiva no Brasil

Entrevistado – Paulo Marchiori Buss (PB)

Entrevistadores – Tania Maria Fernandes (TF), André Lima (AL) e Vanêssa Pinheiro (VP)

Data – 03/10/2016

Local – Rio de Janeiro/RJ

Duração – 1h15min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

BUSS, Paulo Marchiori. *Paulo Marchiori Buss. Entrevista de história oral concedida ao projeto História das Comunidades de Manguinhos e História da Saúde Coletiva no Brasil*, 2016. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2023. 26p.

Projeto: História das Comunidades de Manguinhos e História da Saúde Coletiva no Brasil

Entrevistado: Paulo Marchiori Buss

Data: 03 de outubro de 2016

Local: Fundação Oswaldo Cruz - Centro de Relações Internacionais em Saúde
(Fiocruz/CRIS - RJ)

Entrevistadores: Tania Maria Fernandes (coordenadora), André Lima (colaborador) e
Vanêssa Pinheiro (bolsista)

Legendas: trecho inaudível: [?]; pausa: [...]

TF - Entrevista Paulo Buss, no dia 03 de outubro de 2016, para o projeto História de Manguinhos, entrevistado por Tania Fernandes, André Lima e Vanêssa Pinheiro no CRIS Fiocruz. Então Paulo, eu queria que a gente conversasse sobre essa atuação da Fiocruz nos dois, digamos, limites dela nos dois parâmetros de atuação que seria então, na comunidade de Manguinhos, via principalmente COOTRAM, que é um recorte que a gente fez, e na Saúde Coletiva, eu também estou estudando a universidade e, a universidade da Bahia que traz esse tema saúde coletiva. Então podemos começar de repente pela COOTRAM.

PB: É na realidade, o que eu poderia falar está muito limitado pelo meu tempo de presidente [...] na verdade de vice-presidente e de presidente, quer dizer na gestão do [Carlos] Morel e tudo na verdade começou com a entrada do Betinho [Herbert de Souza] no projeto do comitê, quer dizer, quando ele propõe ao governo federal que as instituições é [...] federais entrassem no comitê da saúde e cidadania é [...] se combate a miséria e pela vida. Um nome bem longo, eu fui acompanhando como vice-presidente, eu fui acompanhando o [Carlos] Morel numa reunião que aconteceu no fórum da UFRJ na Praia Vermelha, estavam vários dirigentes porque o Betinho tinha uma capacidade de convocatória, particularmente, na entrada do Itamar [Franco], quer dizer, tinha pessoas dentro do governo que o respeitavam muito, que ele respeitava, então se criou um ambiente politicamente muito adequado, e o Betinho faz essa convocação e vão, foram nas, o PMDS, Fiocruz, universidades e tal e, eu animado e tendo combinado com o [Carlos] Morel, eu me joguei um pouco mais em fazer propostas. Eu já tinha sido diretor da escola de saúde pública e nós tínhamos um projeto

na escola muito ligado ao tema que eu trabalhei e depois, durante a década de 90, foi a promoção da saúde. Quer dizer eu participei muito das conferências pós rio-92, até pré na verdade. Em 91, a conferência de Sundsvall sobre saúde no desenvolvimento, digamos assim, e de lá eu já vim pensando como que envolveria escola de saúde pública, que eu era diretor, que a escola tem uma vocação natural para isso já que ela, é, foi criada em 1954 e um dos elementos da escola era capacitar profissionais da saúde pública na gestão local, dos centros de saúde. E ela tinha um centro de saúde chamado Centro de Saúde Germano Sinval Faria que atendia e atende até hoje as pessoas da Comunidade de Manguinhos.

TF: Mas como é, qual era a proposta do Betinho nessa ocasião?

PB: Peraí, mas então eu estou explicando as razões que me fizeram, quer dizer, eu comecei dali e voltei para trás. Porque que a Fiocruz foi lá? Foi pela tradição da Fiocruz pela ENSP de trabalhar com a Comunidade de Manguinhos, desde que foi criada em 53, 54. A escola, e eu lembro que foi criado esse centro de saúde que era para atender as pessoas e fazer prevenção, promoção e assistência ao doente. Quer dizer, um atendimento completo, era uma, uma [...] nasce da linha do SESC, SESP. Uma linha do Serviço Nacional de Saúde Pública, que era uma linha de atenção integral, inclusive água e saneamento e não sei o que, e a gente, os professores da escola na área de saúde AS de assistência a saúde era a dona Elza Paim, enfermeira originária do SESP, [Szachna Elias] Cynamon originário do SESP, o Hélio Uchôa originária do SESP e muitas outras pessoas. Então ali se criou um núcleo, nós aperfeiçoamos esse conceito que era muito rígido, era muito o sistema americano de atenção à saúde. A gente foi topicalizando, digamos, e trabalhávamos na região, então fui diretor eu dei muita força para que os nossos alunos tivessem boa formação em atenção primária, que aparece desde 79, 78 com a declaração de Alma-Ata, e a escola foi absorvendo isso. Então quando eu fui diretor, vice-diretor de 85 e 89 diretor, a escola já tinha um trabalho comunitário. Então quando o Betinho lança essa ação, comitê da [...] é [...] contra a miséria e pela vida. Contra a fome, a miséria e pela vida eu já era vice-presidente do [Carlos] Morel. E fomos, eu fui, junto com esse *background* da escola. Que era um *background* antigo e que nós aperfeiçoamos no conceito de promoção à saúde da Alma-Ata, no conceito de atenção à saúde de 85 da carta de *Ottawa*, etc. E, na qualidade de vice-presidente, de vice-diretor da escola a gente montou um programa que era uma tentativa de fazer não apenas da saúde assistência médica, mas fazer promoção da saúde, que era

mobilização das áreas de saneamento, educação, nutrição, emprego. Então era uma visão, bom. E quando o Betinho lança o comitê, logo depois da queda do Collor [Fernando Collor de Mello] e a entrada do Itamar onde ele tinha amigos ele era respeitado e respeitava o Itamar, ao se fazer essa convocação das instituições públicas a gente chegou lá e se comprometeu então em fazer, o que o Betinho queria que era as entidades públicas se comprometessem tanto no plano nacional, quanto ao redor de onde elas tivessem instaladas em combater a fome, em reduzir a miséria, que dizer era uma visão super idealista do Betinho que, podia dar tudo errado, mas com o Betinho era impossível dar errado que ele tinha, uma maneira de convocar, uma maneira de dizer, absoluta. Bom, e tem várias, a gente escreveu, inclusive se vocês quiserem, nós lançamos um projeto aqui, chamado Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS-Manguinhos). Que era o foco, na região de Manguinhos nas 11 favelas a época, e esse foco era um conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável no sentido de que ele pegava saúde, alimentação e nutrição era um bloco, outro bloco era geração de trabalho e renda porque a gente dizia que não adianta: as pessoas só terão saúde, alimentação, nutrição se elas tiverem autonomia, e alguma autonomia que viria da capacidade de gerar sua vida econômica então, criou-se a ideia de um programa de geração de trabalho e renda, de lazer esporte etc., e um 4º que eu vou me lembrar agora. Eu não sei, não me lembro agora. E o Cynamon, professor Szachna Elias Cynamon, que era professor de saneamento ele tinha um compromisso, ele tinha uma consciência muito clara de que o saneamento era fundamental, sem saneamento água esgoto lixo, você também, a comunidade não vai pra adiante, porque ela vive num ambiente físico absolutamente contrário a qualquer capacidade de resolver esses problemas de saúde já que o ambiente era nocivo. Então ele cria o Programa Universidade Aberta que visa, visava a questão de educação, formação de jovens, várias iniciativas desse tipo e também cria uma área de produção, uma cooperativa de produção de tijolos, de vasos sanitários, protótipos feitos por eles do saneamento da escola, pias, sabe? Eram várias coisas, tijolos para reconstruir casas, para construir casas, para melhorar o saneamento o meio ambiente, e nós juntamos isso tudo, geração de trabalho e renda com uma cooperativa que fazia o quê? A COOTRAM [Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos da Região de Manguinhos], nós os contratamos para que eles fizessem limpeza e jardinagem que era um, uma prerrogativa apenas de empresas privadas. Então nós cortamos, cortamos não, nós abrimos a possibilidade de uma cooperativa de trabalhadores da região, já que as empresas

contratavam trabalhadores da região que isso fosse... fosse constituída uma cooperativa e essa cooperativa fosse contratada. Então nós fizemos uma capacitação para o cooperativismo com pessoas de Santa Maria no Rio Grande do Sul, minha cidade. E outras empresas. Gostei do [...] não vou repetir, mas [...]

[risos]

PB: É, essa cooperativa então, ela começou a fazer limpeza e jardinagem, depois ela foi agregada para consertos de pequenas coisas trazendo pessoas de melhor qualificação e ao mesmo tempo uma cooperativa que servia aos interesses da comunidade que era esse de produção de bens, tipo: canos, tijolos, pias, privadas, etc., etc. Uma coisa super criativa, instalada dentro da comunidade, dentro da Comunidade de Manguinhos. Então ao mesmo tempo [...] isso chegou a ter 1000 pessoas trabalhando. Um grupo grande para Fiocruz, inclusive de costureiras, então a gente começou a contratar roupa de cama para os hospitais que era feita pelo grupo de costureiras, que ademais vendia, produzia coisas e vendia e a limpeza e jardinagem feita por homens e mulheres da comunidade.

TF: A limpeza e jardinagem dos jardins da Fiocruz?

PB: Isso.

TF: Mas eram instalados na comunidade?

PB: A sede era lá, mas a gente aqui tinha como era com as empresas.

TF: A produção dos tijolos, das pias, das costureiras [...]

PB: Isso era tudo feito na comunidade, era tudo feito no balcão que eles tinham lá.

TF: Então qual era o papel da Fiocruz nessa [...]

PB: A Fiocruz foi a mobilizadora da criação da cooperativa, quer dizer, essa cooperativa, ela se criou porque a Fiocruz dentro do projeto do Betinho de geração de trabalho e renda, de nutrição, de assistência, etc., etc., cada instituição pública fazia, fazia, fazia aquilo que fosse, oportuno na comunidade que ela se instalava e que tivesse uma ida e vinda da comunidade. Uma proposta da instituição e um retorno da comunidade. Eu quero isso, eu não quero aquilo, enfim. Criou-se um fórum de DLIS, quer dizer, um fórum de

desenvolvimento em que a gente se reunia com as lideranças da comunidade para discutir o que se queria com Manguinhos, que era, e ainda é, um dos piores IDH's da cidade. Tinham as escolas, as igrejas, as lideranças, os presidentes das associações de moradores, as diretoras, os representantes de alunos, eles formavam o Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Manguinhos, e eu posso dar os artigos dessa época para vocês. Isso vai facilitar muito que eu estou, esqueço coisas, boto uma coisa na frente, outra atrás no tempo, mas a gente... era experimentação de promoção da saúde. Promoção da saúde quer dizer, num contexto em uma produção grande sobre isso. Isso ao mesmo tempo fazia parte de um ampliado, que não era só educar. Promoção da Saúde durante um período era fazer educação em saúde, ter uma identidade entre estes dois conceitos. Com a Alma-Ata, com a conferência, 8ª Conferência Nacional de Saúde e com a Carta de *Ottawa* da 1ª Conferência Mundial de Promoção a Saúde, o conceito de promoção muda e promoção passa a ser algo que é mobilização intersetorial em prol de uma saúde melhor, comprometimento de políticas públicas, ou positivo ou negativo sobre saúde. Agora, por exemplo, uma política que está aí de um governo, do governo [Michel] Temer ele é claramente negativo pra saúde, claramente negativo porque ele, nós tínhamos a preocupação de fazer análise de políticas e formular e ajudar a formular política. Então, nisso nós mobilizamos a Embratel e os Correios que tinham também instalações aqui, mobilizamos a Prefeitura da Leopoldina, que tinha um arquiteto, um urbanista superinteressante agora não lembro. Estrela, acho que era o sobrenome dele, com isso se criou esse fórum e esse esforço para gerar trabalho e renda com a cooperativa e com a cooperativa de costureiras, e a cooperativa que vendia para as pessoas que podiam comprar dentro da comunidade, então tinha 3 ou 4 facetas, não é? A geração de trabalho e renda, o saneamento também porque as casas melhoravam com a fabricação de um vaso que custava 80 e era vendido por 8 porque produzido ali mesmo. Um tijolo que custava 3 ela vendido por 50 centavos e por aí vai. A prefeitura ajudava com essas coisas de limpeza, melhorava o esgoto, a parte de lixo, e a parte de esgoto nós concluímos que era muito complicado porque os dois rios que se encontram aqui o Faria-Timbó e eles eram rios que recebiam cargas de toda, desde o maciço da carioca, então não adiantava querer limpar aqui. Mas a gente fazia mutirões de limpeza, botava os estudantes foi, era uma, era um, um, muito divertido eu diria. Nesse mesmo projeto se criou a rádio comunitária de Manguinhos, ajudamos a criá-la, exatamente para difundir mensagens educativas não sei que, e criamos o Canal de Saúde. Mas o Canal de Saúde não só para esta região, o Canal de Saúde foi criado

nesta época, convidamos o Arlindo [Fábio Gómez de Sousa] para criar o canal de saúde, ou seja, foram iniciativas dentro da contribuição da Fiocruz ao projeto de Ação da Cidadania das entidades públicas em combate pela miséria, em combate à miséria e pela vida. O nome era enorme.

TF: Enorme.

PB: Também tem várias entrevistas que eu já dei sobre isso, existe na internet.

PB: Se entrar vai ter [...]

TF: A gente já viu [...]

PB: E uma visão mais fresca um pouco, porque era lá atrás. Os meus neurônios perdi metade [...]

TF: Em termos de base orçamentária quem financiava o projeto?

PB: Era a própria Fiocruz, o dinheiro do trabalho na Fiocruz saía daqui e claro que FURNAS nos ajudava em alguma coisa, a Embratel também. A Embratel ajudou, por exemplo, nos dando o canal executivo dela na época, se chamava assim para o Canal de Saúde funcionar. Os correios acabou cedendo um terreno, que eles queriam sair daqui, aí eles construíram uma vila, que virou mais uma ocupação que a prefeitura tentou fazer e até creio que conseguiu razoavelmente [...] Uma posse pacífica. A prefeitura organizou distribuindo melhor e também por causa das enchentes a maneira de escoamento de alguns canais e rios, ou seja, foi um trabalho voltado particularmente para essa área aqui: Parque União, Mandela, Mandela de Pedra, aqui no, nessa outra favela também. E, a UFRJ tentou entrar na área da Vila do João, mas com muita dificuldade, porque lá “o buraco era mais embaixo”, eu acho. Nós tínhamos um contato com o tráfico, um pacto de não agressão, se a polícia quiser entrar vai lá resolve. Nós, o tráfico entendia que nós estávamos trabalhando a favor da comunidade, as crianças eram atendidas no centro de saúde, então a parte de assistência médica, prevenção e vacina também era feito. A cooperativa propriamente dita criou o Projeto Pixinguinha de Ensinos de Música, teve várias iniciativas, oficinas de arte, então a gente tentou fazer um, a Fiocruz facilitar que a comunidade muito pobre, ela compreendesse os aspectos diversos da cidadania e a gente ajudava como podia e ela se virava como podia. Ao final foi 2 ou 3 anos de um projeto

vencedor, com muita gente vindo ver, conhecer. Mas ele tinha, esse projeto tinha, uma fragilidade que era a lei, no fundo era isso. Quer dizer, o Ministério Público do Trabalho exigia que a gente fizesse uma licitação aberta a comunidade, organizada e as empresas privadas que obviamente não engoliam esse projeto. Que esse projeto pudesse se estender para outros órgãos públicos que eles pudessem perder limpeza e jardinagem, conserto, uma série de coisas e pressionaram. Eu fui chamado várias vezes ao tribunal e eu ia dizendo olha, eu não aceito os argumentos que vocês têm porque nós simplesmente estamos deixando na mão da comunidade a mais valia, que as empresas privadas ao contratar trabalhadores com ela ficam. Com essa mais valia, sim, quebrando essa, esse conceito de que enfim, só a iniciativa privada podia [...] mas é assim, é brutal a pressão e acabou que nós também tivemos problemas, o tráfico, o narcotráfico ele avançou sobre a direção dessas, dessas cooperativas ou dessa cooperativa e acabou pela intimidação acabou elegendo o presidente e aí começou um projeto, o projeto começou a ter grandes dificuldades exatamente porque houve uma apropriação por parte do tráfico legal, entre aspas, porque botou gente pesada para ser presidente e ameaçam os cooperativados na hora do voto. Eu recebi várias delegações de funcionários que diziam eu tô, eu tô, funcionários da cooperativa ou cooperativas, eu tô pressionado Dr. Paulo, eu tô [...] e a gente começou a viver uma situação muito tensa, digamos, entre, digamos, a lei era milícias em última análise, depois esse nome apareceu mais tarde, mas eram traficantes que queriam se apropriar de uma fachada de legalidade para fazer seus negócios e tal. Chegou um momento aí, eu já tinha me afastado, e chegou um momento já, acho que na gestão do [Paulo] Gadelha, que então se desfez a cooperativa, se fez uma licitação e essa licitação exigia que a empresa privada que ganhasse não poderia demitir a não ser, uma parcela muito pequena dos trabalhadores. Ela teria que incorporar os cooperativados. Claro que nós deixamos uma fresta aí, que era exatamente para a empresa se livrar daquilo que elas consideravam “distorcedores” do processo que seriam os narcotraficantes. Acho que foi uma linda experiência que infelizmente [...] é [...] o manejo de uma pressão, ao invés da justiça nos ajudar, da polícia nos ajudar, a legalização da justiça do trabalho nos ajudar, e tantas outras coisas, nós fomos profundamente atacados por interesses de todos os lados, das empresas que não queriam a meu ver “perder a boca” de ter esse negócio com elas, o receio de que esse boom, bem sucedido tornar-se, ser tomado e aplicado pela UERJ, por outras universidades aqui, pela UFRJ, enfim essa é uma micro história.

TF: A gente tem os documentos do [Schana Elias] Cynamon, o acervo do [Schana Elias] Cynamon está todo lá na casa, a gente está usando, a gente está usando também as entrevistas porque eu acho que a gente tem também uma visão muito particularizada da, de quem trabalhou. Outras vice-presidências atuaram também nesse projeto ou foi só a sua vice-presidência?

PB: Não, na verdade foi, quer dizer [...]

TF: Como é que era?

PB: Na verdade foi a direção da escola inicialmente e eu lá, e depois a presidência que delegou a mim a coordenação do projeto, mas não como vice-presidente de ensino e formação [...] eu tinha uma delegação da presidência e eu comunicava toda a presidência sobre isso, mas a coordenação, é como se tivesse, foi criada uma coordenação de trabalhos sociais e adjuntado a um vice-presidente meu que era no caso era eu.

TF: E o que ficou com a COOTRAM, os funcionários você já disse e os bens da COOTRAM como é que foi? Passou para outra?

PB: A gente tinha bens, que a COOTRAM não tinha capital para compra de, por exemplo, de roçadeiras. Então nós compramos porque nós tínhamos 2 opções: ou fazíamos isso com nossos funcionários ou terceirizávamos. A terceirização que a gente fez, foi uma terceirização social que foi com uma cooperativa, nós compramos os bens primordiais ali, para [...] tratores e tal, e fizemos uma [...] eram propriedades, continuaram sendo propriedades da Fiocruz e fizemos uma concessão de uso a eles no período em que eles tivessem aqui.

TF: Aí quando acabou esses bens voltaram para [...]

PB: Voltaram à presidência, muitos deles já considerados, pelo tempo de uso já considerados digamos de [...]

TF: Descarte.

PB: É descarte? Então a gente fez, na época, a DIRAC, que era a direção de administração do campus é que administrativa diretamente a cooperativa e ela então fez os processos de alienamento dos bens, e daqueles que considerou em condições de uso, ela incorporou ao seu próprio patrimônio, a própria DIRAC.

TF: Entendi, com o desmonte então da COOTRAM é [...] e novas licitações, etc e tal, conseguiu-se, não? O que estava sendo trabalhado com a COOTRAM acabou?

PB: Não [...]

TF: Mesmo com as licitações [...]

PB: Todo o trabalho de limpeza, jardinagem que foi contratado ele tinha essas características só que ele passou a ser executado não mais por uma terceirização social como a cooperativa da região, de trabalhadores, mas uma empresa privada. E insisto que ficou, que se comprometeu a contratar pelo menos 80% do quadro que ela usaria, teria que sair 80 ou 90, esse número exato eu não me lembro [...] teria que sair dos quadros da cooperativa, isto é, de habitantes aqui da região.

TF: Mas e os tijolos, as pias?

PB: Isso ficou. Isso era da cooperativa e ficou com a cooperativa. Ficou com a COOTRAM, a COOTRAM comunitária, digamos. Não a COOTRAM prestadora de serviços. Agora, o destino, a história dessa COOTRAM comunitária eu não tenho exatamente, quem acompanhou isso foi o [Schana Elias] Cynamon até o final e depois muitas coisas foram mudando. O Fórum DLIS continuou o destino da cooperativa foi dado pelos cooperativados. Num determinado momento, pela entrada do próprio tráfico se estabeleceu um nível de conflito e desconfiança relativamente alto e em algum... se desfez a cooperativa e se criou o fórum de desenvolvimento local, que era um fórum mais de consultas e de trabalho conjunto do que uma estrutura tão organizada como a COOTRAM que era uma estrutura muito mais instituída, digamos assim. O fórum não, o fórum era uma... mais de consultas e de várias instituições aportando conceitos trabalho edesenvolvendo coisas em conjunto né?

TF: Você particularmente trabalhou também nesse fórum, atuou nesse fórum?

PB: Não porque nessas alturas eu já tinha assumido a presidência e as funções de presidente elas são bem absorventes, digamos. Então eu deleguei à DIRAC, que era a direção de administração do campus e, com a criação da coordenação, é [...], de ações, não me lembro o nome, CCS? Não CCS, coordenação, algo como serviços sociais da Fiocruz que foi assumido pela Sônia [Moreira] e pelo Leônidas... Leôncio.

TF: [?]

PB: Eles assumiram em parte os trabalhos sociais da Fiocruz na região. Então eles passaram a responder na presidência e diante do conselho pela ação social aqui na fundação, dentro do entorno da fundação.

AL: Sônia Moreira, isso?

PB: Sônia Moreira.

TF: Ela ainda é servidora da Fiocruz? Ela está no [...]

PB: Ou não sei se ela é servidora, eu não sei se ela fez concurso ou se ela é DAS. Ela assumiu em determinado momento alguma continuidade, outras coisas foram descontinuadas da cooperativa, eu sei que foi encerrada. O fórum DLIS isso sim foi acompanhado pela Sônia [Moreira] e pelo Leôncio. Depois entrou o projeto de atenção primária da clínica de saúde da família, quer dizer: as coisas evoluíram, mas não talvez com a mesma amplitude do ponto de vista de segmentos, enfim, segmentos de trabalho melhor dizendo, setores envolvidos, setores sociais e tal, envolvidos do que quando naquela época a gente tinha todos esses, geração de trabalho e renda, depois foram tomando mais eu acho que no sentido de projetos e não essa ideia de desenvolvimento local integrado e sustentável. Houve mudanças, até porque os conceitos de DLIS eles também foram sofrendo transformações com a entrada do governo Lula , o conceito de DLIS, que era um conceito muito mais da Dra. Ruth Cardoso, da comunidade solidária também vai se transformando. Quer dizer nada cai longe do [...] quer dizer os frutos não vão cair longe da árvore, mas mudam. Comunidade Solidária tinha então a ideia do DLIS que nós estávamos então naquela época, mas o fórum depois entra o PAC Manguinhos.

TF: É.

PB: Eu acho que o PAC Manguinhos é uma derivação, é em última análise da organização pré-existente, então como existia o PAC Manguinhos, perdão, como existia o DLIS e o fórum e o governo precisava também em algum lugar do Rio de Janeiro mostrar a sua capacidade num plano de ação comunitária o PAC, é [...] tanto o Governo do Estado quanto a municipalidade disseram ó: Manguinhos é um bom lugar, já tem uma comunidade

organizada, já tem experiência, já são [...] e aí a Dilma [Rousseff], encontrei várias vezes com ela chegando de helicóptero para visitar o PAC. Só que o PAC ele era uma intervenção diferente, ele não matava essas outras intervenções de mais base comunitária e de menor, é [...] sofisticação, de menor gasto etc., então ele vem para uma intervenção mais urbana, eu diria. Então ele levanta a linha do trem, retira uma série de como diz o IBGE, moradias subnormais, nome interessante, subnormais [...]

TF: É.

PB: E ele, é [...] entra a polícia pacificadora. Alguns lugares que a gente tentou como aquele antigo quartel do lado de lá, da Leopoldo Bulhões eles transformaram em mais apartamentos, em mais moradias, algumas utilizando os projetos do [Szachna Eliaz Cynamon outros não, ou seja, existe uma intervenção do PAC-Manguinhos que é filho das condições sociais e organizativas que nós, que vem do DLIS de Manguinhos. A meu ver, eu escrevi isso numa [...] também, assim, é a gente tinha criado 2 programas de desenvolvimento tecnológico: PDTIS para insumos e PDTSP, o Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Saúde Pública [...] que era inventar coisas que respondessem a esse conceito de saúde ampliada e que respondesse um pouco mais a essa ideia da ação comunitária e tal. E, o livro lançado recentemente pela [...] pelo PDTIS da vice-presidência, pelo PDTSP da vice-presidência na figura da Isabela [Soares] da [...]

TF: Tem no texto nosso lá.

PB: Pois é, eu escrevi também uma introdução porque eu tento mostrar que para mim existe uma ponte entre essas duas coisas, o PAC-Manguinhos e a continuação do PDTSP ocorre porque aconteceu antes que facilitou a continuação, ou seja, não se destruiu tudo, não é que não se destruiu, não. As coisas mudaram o jeito de fazer, o jeito de financiar inclusive, as coisas se transformaram. Nós tentamos registrar de uma maneira menos organizada que a Isabel [Soares] talvez, o que foi feito depois do PDTSP, mas continuou quer dizer, que eu criei, o PDTIS que eu criei no início da minha gestão continuou por 16 anos, até o final agora da gestão do [Paulo] Gadelha. Acho que a Nísia [Trindade], creio que ela vai dar continuidade. Então são projetos que tentam ligar a atividade institucional com o entorno e com medidas e com iniciativas que tenham a matriz conceitual da questão intersetorial, enfim. Claro que nem sempre as coisas acontecem exatamente porque é muito difícil você

trabalhar com o tema intersetorial, isso não é absolutamente fácil. Está mais do que constatado nos temas de município saudável que é um pouco o conceito esse, políticas públicas saudáveis também é esse conceito, determinantes sociais, tudo isso [?] eles são conceitos que estão todos bastante [...]

TF: Bricados.

PB: Bricados?

TF: Numa ocasião um funcionário me falou, que nessa questão da COOTRAM que nós enquanto funcionários também dávamos recursos financeiros, eu não tenho lembrança disso que nós participávamos [...] não lembro disso e ele me afirmou que [...]

PB: Bom eu também não, pode até que em um determinado momento [...]

TF: A gente era solicitado a ajudar financeiramente.

PB: A cooperativa ter solicitado, ou que eu tenha dado pessoalmente ou que eu tenho informação de que isso acontecia eu não tenho esse registro.

TF: Eu também não tenho esse registro escrito não.

AL: Paulo, nos anos 90 há uma certa explosão da noção de responsabilidade social por parte das empresas privadas. De que maneira essas [...] a Universidade Aberta, o DLIS-Manguinhos tem alguma correlação a esse movimento?

PB: Eu acho que não para responder a esse conceito e a esse nome responsabilidade social. Na verdade, a gente tinha impregnado esse compromisso de responsabilidade social quer dizer, responder, como a coisa surgiu com o Betinho, é [...] eu não recorro que o Betinho usasse esse, essa matriz da responsabilidade social. Mas o fundo, se você quiser, dá para dizer que o que a Fiocruz fez aqui foi responder a determinadas dificuldades sociais imensas da comunidade que a rodeava. Não sei se com aquela coisa rígida da responsabilidade social como depois veio se caracterizar conceitualmente. Creio que não era respondendo aquela matriz aquele modelo, digamos que foi colocado quase que numa forma de melhor legitimação do capitalismo do capital das empresas, não era com esse enfoque que a gente trabalhou aqui.

AL: Perfeito.

TF: Deixa eu te fazer uma outra pergunta com relação a questão mais financeira do projeto, e o TCU te cobrando isso. Em algum momento foi cobrada alguma discrepância, alguma desvinculação da missão fundação com relação a esse projeto?

PB: Sim, que a agente, a nossa ligação, eu fui ao TCU. Houve uma [...] porque eles mandaram, durante muito tempo eles mandaram que a gente cortasse o contrato, e eu fiz, não sei se está certo, eu não me lembro mais, eu fiz “ouvidos de mercador”. Não é assim? É assim que se usa? Eu fui “empurrando com a barriga” em última análise, porque eu não queria destruir o programa, porque eu sabia que se a gente cortasse o contrato da Fiocruz não ia acontecer mais. Então eu fui chamado no tribunal algumas vezes, me defendi no tribunal, sempre alegando que era um projeto que não era um tipo de gestão das práticas da gestão pública que não foi lamentavelmente, é [...] que não foi lamentavelmente é [...] regulamentado, mas que eu, nós aqui na Fiocruz considerávamos uma experiência muito importante que isso ajudou muito a pacificar a [...] as relações da Fiocruz com as comunidades do entorno e eu ouvi de um dos juízes, sei lá o que lá do tribunal. Mas vocês não são órgão de segurança, ele disse que o problema era de segurança, eu disse: eu discordo de vossa excelência, mas eu acho que a questão social, a questão da violência não se resolve com violência. Nós tivemos uma experiência de redução substantiva dos conflitos, das dificuldades da Fiocruz com seu entorno com um projeto dessa natureza. Aí ele falou: mas essa alegação, foi um bate-boca, né? Bate boca não, eu tinha o direito a falar. Mas essa alegação não me serve, o senhor descumpriu por muito tempo uma recomendação, depois uma determinação do tribunal. Ficou assim.

TF: E aí formalmente caiu na questão das licitações. Seria [...]

PB: Sim.

TF: Foi jogado pra lá.

PB: Foi tudo para licitação, mas não, e [...] depois que aberta à licitação contratada a empresa para este projeto, essa, essa querela, essa cobrança para cima de mim pelo tempo que eu não tinha, que eu tinha descumprido enfim, a recomendação, e depois a determinação do tribunal, continuou. Terminou agora, não faz muito, três, quatro anos atrás.

TF: Foi andando. Foi caminhando e se dissolvendo.

PB: Sim, mas não, não! Eu paguei uma multa. Eu tive que pagar uma multa que eu descumpri uma determinação do tribunal.

VP: E o projeto de lei, que prevê algumas modificações na lei das licitações? Na qual previa um período de 1 ano para as entidades públicas poderem fazer esse diálogo com as cooperativas populares?

PB: Isso sinceramente eu desconheço. Mas acho que nós usamos tudo que deu. Tudo que deu. Vou te dizer que foi assim, nós nos estendemos ao máximo, no que foi possível.

AL: Tem algum [...]

PB: Eu acho que a negociação que a gente obteve foi muito boa porque nós conseguimos que eles absorvessem uma parte importante dos trabalhadores. Quer dizer, isso não trouxe um baque de desemprego aqui, que nós temíamos que era uma reação violenta, do [...] enfim.

TF: Originária, por exemplo, o que é hoje essas cooperativas de limpeza dos nossos prédios, de jardinagem? Continua sendo o filhote lá da COOTRAM, a gente pode pensar assim?

PB: Eu não sei como é que é hoje, como é que está hoje, como é que hoje... se é com cooperativa ou não aqui na Fiocruz?

TF: Não sei. Para ser sincera não sei.

PB: Não. Acho que são empresas.

AL: Hoje é a Nova Rio.

PB: É [...] uma empresa.

TF: Deve ser uma empresa privada.

AL: Uma empresa.

PB: Privada.

AL: Uma pergunta, lá em um dos documentos, uma das primeiras atas de fundação a COOTRAM tinha dentro dos seus órgãos, enfim, de administração de gestão, um conselho que tinha presença de alguns servidores. Isso em algum momento foi fruto também de alguma questão, algum questionamento judicial ou isso [...]

PB: Não, a ideia era, era que a gente tivesse uma, um compartilhamento, porque se nós sonhávamos que existisse um componente formativo, e um compromisso institucional com essa comunidade e entorno a gente achava que uma forma de fazer isso era também formalizar uma participação da administração, da instituição na gestão. Mas não retirava a liberdade dos trabalhadores da COOTRAM, ou seja, eles tinham liberdade de construir a sua própria orientação. Durante um tempo o professor [Szachna Elias] Cynamon foi o presidente da COOTRAM por pedido por, sei lá, eleição, votação dos próprios cooperados. No início do processo, acho que 1 ano, ele deixou organizado e foram entrando pessoas da comunidade. É [...] entre as quais, eu acho a partir do momento que eu não sei dizer o nome das pessoas, e não sei dizer em que ano já era nitidamente uma orientação distorcida porque dominada, o tráfico conseguiu impor um nome, impor nomes para coordenação, para a presidência da cooperativa.

TF: Agora mudando um pouco o assunto, mudando nosso foco, ainda pensando na questão da fundação diante de outros espaços, agora pensando um pouco na questão acadêmica, quer dizer, a fundação pelo que eu já compreendi de umas leituras, ela atuou no sentido de, é [...] Como é que eu vou dizer, não é interferência não, mas de uma relação com outras unidades das universidades para criar seus núcleos, institutos, estou me referindo principalmente ao instituto na Bahia, quer dizer, me parece que a fundação teria é [...] encaminhado propostas de criação de outras escolas de saúde pública no Brasil, você se lembra disso?

PB: Na verdade essa história é muito mais antiga é, e ela, o início dessa história é com os cursos de saúde pública. Quer dizer, a gente tinha, eu nem era, nem [...] eu ia dizer que nem era nascido e não é verdade [...]

TF: Década de 80 mais ou menos.

PB: Eu não era da fundação. Eu cheguei na fundação em 70 e [...] 5, em setembro de 75 eu vim participar como [...] como estudante. Eu ia fazer o mestrado na UERJ, eu vim fazer um curso de planejamento, com o Mario Hamilton, Suzana Badino e Célia Almeida. Só me perdoa, porque entrou antes aqui, a gente fica discutindo idade. [risos]

TF: Brincadeira.

PB: Brincadeira, e eu adorei, a perspectiva que se abriu. Eu era pediatra aqui no hospital de Bonsucesso aos domingos e trabalhava durante a semana no nível central do INAMPS.

Então nessa época, na área de recursos humanos de lá, do nível [...] federal, na direção nacional com o Nildo Aguiar, Dra. Rosa Pinheiro etc, e em 75 o Arlindo [Fábio] diretor, então vice-diretor da escola, junto com Almir Gabriel ex-governador do Pará, mas antes apenas médico e com o Fernando que não lembro o sobrenome dele, um dentista de saúde pública do Rio Grande do Sul, criaram a partir do modelo do curso de saúde pública da escola, criaram um modelo, um curso de saúde pública nessas duas contas do Brasil, e a partir daí se criou um currículo mínimo, mas essa história está mais do que contada. Quem tem mais detalhes para contar isso é o Arlindo, estamos falando de 75. Em 76, com a posse, não. Em 78, eu já era tinha sido absorvido pela escola como auxiliar de ensino não concursado, auxiliar de ensino. E aí eu tinha relações muito estreitas com o Jairnilson [Paim], o Chico Gordo - Francisco Campos, enfim. Aí, nós propusemos, eu na direção geral do INAMPS propus, que aí, fiz a proposta de criar um grupo de medicina preventiva, saúde pública, medicina preventiva e social que o INAMPS tinha, dava bolsa. Então o INAMPS topou, eu fiz a proposta, o INAMPS topou dar bolsa para 9 programas de residência, que o INAMPS fez paralelamente a rede de cursos descentralizados de saúde pública uma rede de residências em saúde pública e medicina preventiva e social. Que rechaçava um pouco, bom, não é que rechaçava que visava formar gente para atuar no sistema de saúde como em epidemiologia, planejamento, ciências sociais aplicadas à saúde, enfim. Aí entraram as medicinas preventivas ou as medicinas sociais das faculdades de medicina que estavam que tinham uma conceituação que depois resulta na saúde coletiva. Mas na época era medicina preventiva, medicina social como instituto como a Bahia que eram mais avançados politicamente. Quer dizer, na explicação do fenômeno da saúde e na explicação do processo de saúde e de doença e na resposta social ao processo de saúde e de doença. Entendendo que não eram questões naturais, mas de natureza social e política. Bem diferente que muitas outras concepções. Então eu consegui as bolsas e criamos um comitê com esses diretores e o INAMPS pagava as reuniões e pagava as bolsas. Só que começou o conflito porque o INAMPS esperava que esses residentes fizessem clínica e também aquilo que nós reputávamos ser mais importante que era gestão, epidemiologia, vigilância etc., etc. Aí criou-se o conflito e surge a medicina geral comunitária como opção que era mais baseada na formação em clínica, comunitária, quer dizer, com o trabalho comunitário além do atendimento clínico, mas a gente ficou com 2 grupos muito radicalizados. Estamos falando de 78, aí em 79, se cria a ABRASCO que juntou as, quer dizer, que juntou o grupo de saúde

pública. Essa história está bem, acho que está bem contada, eu acabei de escrever um negócio sobre isso. Não sei nem mais para onde, mas já entreguei. E aí se cria uma rede de escolas de saúde pública ou de cursos de saúde pública, uma rede de residências de medicina preventiva e social e elas duas com alguns mestrados como, por exemplo, da USP e tal, cria-se, resolve criar a ABRASCO em setembro se não me engano de 79, 89, 2009. Vai fazer 40 anos, 30 e tantos anos. Você vê como eu sou velho embora eu não aparento.

TF: Com certeza.

PB: E aí se cria a ABRASCO que junta 3 coisas, e eu fui nomeado secretário executivo. O presidente nomeado foi o Fernando... Frederico [Simões Barbosa], que era o diretor municipal. Era um nome que [...] que ninguém questionava, enfim. Era um nome [...]

TF: O Frederico [Simões Barbosa] você diz?

PB: É, então fica criada a ABRASCO, eu fico secretário executivo recolhe-se o dinheiro [...] e o dinheiro, o primeiro dinheiro eu usei para mandar para todo mundo que tinha assinado aquele documento, um cartão de natal. Vê se pode? Era tão pouco dinheiro, que a gente mandou, sabe aqueles do correio? Que existia você dobra assim [...] a secretaria executiva da ABRASCO uma coisa, só para dizer existimos, mas foi uma coisa muito emocionante para eu fazer aquilo.

TF: Mas porque que chamou saúde coletiva, você já me falou de 4 temas aí, ou 3. Tem a medicina preventiva, a medicina preventiva e social, aí aparece a saúde coletiva.

PB: A saúde coletiva foi a nome [...]

TF: Como é que saúde, como dialogam todas essas nomenclaturas?

PB: Não. A saúde coletiva foi o nome que conseguiu juntar todas as pré-existentes, para ser assim o mais, simplório possível. Foi a única proposta da Bahia, porque o conceito de saúde coletiva a meu ver, ele é muito, porque a Bahia tinha a medicina comunitária, mas o Jairnilson [Paim], o próprio Naomar [Almeida Filho], começa-se a formular um conceito de saúde que, é [...]

TF: Esse nome não existia?

PB: Não existia, saúde coletiva seria o objeto seria a população ao invés de ser o indivíduo. A medicina social podia se identificar embora também se identificasse com os aspectos do indivíduo, tomando em conta a sua realidade social, a medicina comunitária já era algo que dialogava mais facilmente, a saúde pública também, a medicina preventiva era muito mais ligada, como a medicina social aos aspectos, digamos, individuais, então o nome saúde coletiva, pós-graduação que podia sair Associação Brasileira de Saúde Coletiva, não! Saiu de pós-graduação que já existia uma Sociedade Brasileira de Higiene, e a gente não queria colisões e ao mesmo tempo queria definir algo peculiar. Então cria-se a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em 79, de pós-graduação, que tem um companheiro mais político que era o CEBES, e 3 anos, 76, 3 anos depois se cria a ABRASCO que era para juntar os programas de pós-graduação. Então também não colidia com o CEBES. Era irmãos que trabalhavam com irmãos completamente ligados, mas é [...] com objetos muito semelhantes, mas um era uma entidade política e o outro era uma entidade acadêmica.

TF: Mas o CEBES também tinha esse [...] você poderia dizer que tinha a mesma, a mesma [...] ideia de saúde pegando a coletiva, pegando o coletivo?

PB: Ah sim, eu acho que aí ela [...]

TF: Não era saúde [...]

PB: Que quem corria, quer dizer, as pessoas rodavam nos dois lugares, Hésio [Cordeiro], [José Carvalho] Noronha, Arlindo [Fábio], Zé Luís Fiori, Nina Pereira Nunes [...] aquela pesquisadora que morreu no acidente de São Paulo [...]

TF: [Cecília] Donnangelo.

PB: A Cecília Donnangelo, quer dizer, eram pessoas que trabalhavam com uma dimensão muito é [...] muito próxima do ponto de vista conceitual de objeto, de metodologia, quer dizer, usando coisas da saúde pública, mas da antropologia, da sociologia da ciência política que não era o forte da ação da saúde pública que era mais intervenção e vigilância e não sei o que. Então com isso vai se construindo um campo que se amplia e que tem e que começa a constituir, que inclusive até hoje é único, porque na verdade a saúde coletiva o termo é conhecido no Brasil. E cada vez mais fora, tanto que eu agora fui convidado pra ser coeditor

de uma enciclopédia da Oxford, *Oxford University Press* e o primeiro ponto, e aí me convidaram, claro aceitei, claro é uma bárbara, e a primeira coisa que eu coloquei eu falei: eu quero um dos termos que será discutido seja o que é a saúde coletiva. Eles [...]

TF: Mas esse termo é usado lá fora? Traduzido para inglês?

PB: Todo mundo fala *collective health*, mas ninguém, quer dizer, continua sendo *public health*, *social medicine*, *preventive medicine*, etc., e saúde coletiva é muito respeitado pelo movimento do Brasil, mas agora a gente vai enciclopedar ele entende? Vai ser um verbete [...]

TF: E qual seria a diferença que a gente poderia colocar entre saúde coletiva e saúde pública?

PB: Eu acho que a saúde coletiva e a saúde pública têm como objeto a saúde da população. A saúde pública com é [...] análise e instrumentos que levam a uma intervenção enquanto ação do estado. E a saúde coletiva ela é a meu ver, mais analítica embora usando as mesmas ferramentas e ela não se proporia, a saúde pública é uma ação do estado e a saúde coletiva é mais a meu ver, uma disciplina acadêmica embora a saúde pública também seja uma disciplina acadêmica, mas a saúde coletiva você não tem um ministério de saúde coletiva, você tem uma saúde pública. Então a saúde pública encerra em si instrumentos de ação e instrumentos de ação do poder público. A saúde coletiva ela é mais um espaço acadêmico que usa instrumentos explicativos e até propõe intervenções que caem para ser, para ocorrer nessas intervenções a quem precisa em algum momento da saúde pública. É uma [...] são origens históricas diferentes, tempos diferentes, o objeto pra mim é a saúde da população. Uma com perspectivas mais de intervenção do que a outra, intervenção ação. Inclusive com responsabilidades tal e tal.

TF: Essa seria a diferença, por exemplo, entre ação da Escola Nacional de Saúde Pública, a Fiocruz e o ISC Bahia?

PB: Eu acho que isso já não existe mais no campo acadêmico ambas estão formando para a intervenção. Eu me refiro mais a, historicamente [...]

TF: Ao início.

PB: Ao início, e por outro lado também, que a saúde coletiva sendo, sendo mais intensamente um campo que maneja instrumentos é, de determinação social e instrumentos analíticos um pouco diferentes da saúde pública que quando utiliza esses mesmos instrumentos tá usando visando uma ação suportada é [...] de responsabilidade pública e estatal. E a saúde coletiva, tanto que você não tem um Ministério da Saúde Coletiva, você tem o Ministério da Saúde, o Ministério da Saúde Pública e os campos acadêmicos existem, saúde pública e saúde coletiva então acho que essa diferença ainda subsiste [...]

TF: Mas [...]

PB: Eu acho que o caminho é você cada vez fundi-las mais.

TF: Como é que seria assim, por exemplo [...] a própria [...] não só núcleo de saúde, não me lembro como é que chama, aqui do Fundão, e o Instituto de Saúde Coletiva eles tem uma ação, uma relação com a secretaria de saúde formando quadros e agindo, quer dizer, eu fico achando que era muito parecido a escola com o ISC. Eu queria que você me diferenciasse, pudesse me diferenciar um pouco mais isso.

PB: Hoje as fronteiras entre essas disciplinas e as instituições que levam os nomes estão cada vez mais borradas. Essas fronteiras, elas não se distinguem mais tão claramente. Na época em que tudo isso começou, a escola de saúde ela formou técnicos para a ação na secretaria de saúde, nos ministérios e na secretaria. E a medicina social e o ISC da Bahia formavam gente do campo da reprodução do saber e do conhecimento, ou seja, formava mais gente para o campo acadêmico e para desenvolvimento de pesquisa. Hoje essas coisas já se borraram mais. A tradição talvez mantenha os nomes ainda separados, mas se você for dizer para Bahia ficar com o Instituto de Saúde Pública ela vai dizer não. E se a escola você for dizer Escola Nacional de Saúde Coletiva ela vai dizer não.

TF: Hã?

PB: Porque eu acho tanto pela, pela tradição, pela, pelos 60 e tantos anos da escola, como pelos X anos do instituto e, porque eu acho que na verdade é mais por isso, porque hoje tão, hoje, diferente de outros tempos o objeto de exame e ação da escola a formação das pessoas era um, que era formar para o sistema de saúde, para direção do hospital, para direção do centro, vigilância epidemiologia etc. A saúde coletiva da Bahia ou da USP estavam

inseridas no mundo dos universitários, era formar mais pra redução desses saberes que era dominado esse campo da medicina preventiva, da saúde pública. A própria USP ela surge como medicina preventiva dentro do movimento dos anos 40. Porque assim: a escola de saúde pública ela surge na década de 20, dentro do esforço e do movimento da Fundação Rockefeller e a Medicina Preventiva ela surge voltada para o indivíduo, nos seminários de *Colorado Springs* e da [?] no México e ela vem de um movimento da Kellogg e finalmente a saúde coletiva é uma proposta mais brasileira, mais ligada a tradição de um pensamento mais crítico e que não havia nem na medicina preventiva nem da saúde pública dos anos 40 dos anos 20. Eu acho que a saúde coletiva ela incorpora de uma forma nítida e diferente uma postura crítica em relação aos modelos tradicionais que eram modelos de manutenção do *status quo*. Ela busca romper conceitualmente, busca romper também, digamos, com a matriz de profissionais que tão ali, vem dos partidos comunistas vem do desenvolvimento enfim. E na saúde pública inicialmente e na medicina preventiva são grupos mais conservadores, que tem essa origem diferente.

TF: E a fundação hoje, ela tem uma perspectiva de se expandir pelo Brasil criando polos? A gente já está com quase todos os estados com fundações?

PB: É.

TF: Os principais, digamos assim. Houve um movimento da Fiocruz de criar escolas nacionais, escola de saúde pública nos estados? Em algum momento?

PB: Eu acho que na verdade ela estimulou a criação de cursos de saúde pública.

TF: Tinham os cursos regionalizados [...]

PB: Cujas... É. Os regionalizados, cujas estruturas a partir de uma certa solidificação deles, é [...] uma burocracia que foi se constituindo pra manter atividades ele vai crescendo e se institucionalizando como escolas de saúde pública. No caso principalmente do Ceará, o Rio Grande do Sul.

TF: Tem escolas de saúde pública nesses estados?

PB: Com esse nome Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, é.

TF: Mas subordinado a Fiocruz, não?

PB: Não, não existe nenhuma subordinação. Todos eles são órgãos das secretarias de estado. É como originalmente a escola de saúde pública era [...]

TF: Era.

PB: Para o Ministérios da Saúde.

TF: Isso, isso, está.

PB: Mas hoje elas são a maioria delas, bom! E aí você tem núcleos de medicina preventiva, núcleos de medicina social nas universidades que ocupam esse lugar em muitos estados né?

TF: É.

PB: [Fala com alguém] Sim, já vou, já vou. [Interrupção]

TF: Sim, nós já estamos [...]

PB: Bom, existe um esforço, por exemplo, do livro do Jairnilson [Paim], um capítulo escrito pela Virgínia [...]

TF: Virgínia [Fontes]

PB: Que procura fazer, enfim, essa [...] variação diferença, essa diferenciação epistemológica, vamos dizer e também das suas práticas e também dos seus produtos, é [...] Bom você vê como é que as coisas podem ser contraditórias bom, não é contraditória. As universidades a UFRJ e a Bahia são uma das primeiras que criam a graduação [...]

TF: De Saúde Coletiva.

PB: Entende?

TF: Aqui não sei como é que chama, lá chama graduação [...]

PB: Onde?

TF: Na Bahia chama graduação em saúde coletiva.

PB: Não sei.

TF: Na universidade eu não sei.

PB: Não sei. Eu na verdade devia ter acompanhado mais isso tudo, pela minha própria

origem. Pelo meu compromisso com o formar a ABRASCO. Mas o meu envolvimento com a área internacional nos últimos 10 anos acabou me [...] enfim, me retirando e eu acabei entrando na área da cooperação internacional, quer dizer, na área das relações entre países, entre governos, e isso me afastou um pouco do debate sobre, do debate epistemológico, sabe? Talvez possa se dizer isso do debate epistemológico e um pouco do debate das caracterizações organizacionais que esse debate epistemológico acaba impondo e vice-versa? Eu me ressinto um pouco disso, na verdade. Eu gostaria de voltar mais.

TF: [?]

PB: Não, não difícil, eu não estou a anos luz disso, não. Eu estou perto, é que eu estou cada vez mais com preguiça.

TF: Então está, em mais alguma coisa?

PB: Mas terminar assim não pode! Eu estou cada vez mais com preguiça [risos]

TF: Eu levei um susto.

PB: Senão eu vou dizer, mas eu estou cada vez mais com preguiça. Uma vontade de me aposentar e [...] cuidar da [...] enfim, cansa sabe? Se eu estou a 40 [...] eu me formei com 23 anos, eu estou com 67. Quer dizer são 44 anos, é muito. E só na saúde pública a 40 pelo menos. No início eu fiz pediatria, mas [...] até continuo gostando eu gosto muito de clínica. Embora eu tenha uma desilusão hoje enorme com a clínica [...]

TF: Você clínica? Não né?

PB: Não. Tem uma hora que a clínica também se transformou em uma coisa extremamente complexa. Hoje você, a clínica enquanto a relação é [...] com a pessoa supostamente doente, e alguém que vai tentar resolver a doença de alguém supostamente doente, hoje está mediado não mais pela simbologia, mas permeado, intermediado por milhares de especialistas, laboratório, análises clínicas [...]

TF: Máquinas.

PB: Imagens, então isso, você não está permanentemente, olhar uma imagem depender do laudo de um outro cara, sobre uma imagem que você mandou fazer, não dominar essa imagem elétrica ou radiológica, eletros, ou radiológica, você está fazendo meia medicina.

Então só pra você se manter nisso, você tem que se dedicar 24 horas por dia. Não digo 24, mas umas 16h.

TF: Entendo, muito trabalho.

PB: Umas 8 você dorme.

TF: Então tá. Acho que está ótimo.